

Quando a vítima é o policial

Anuário Brasileiro de Segurança Pública aponta 172 mortes de policiais em 2019, sendo 64% fora do horário de serviço. Maioria dos casos atinge homens negros dos 30 aos 49 anos

Juliana Martins

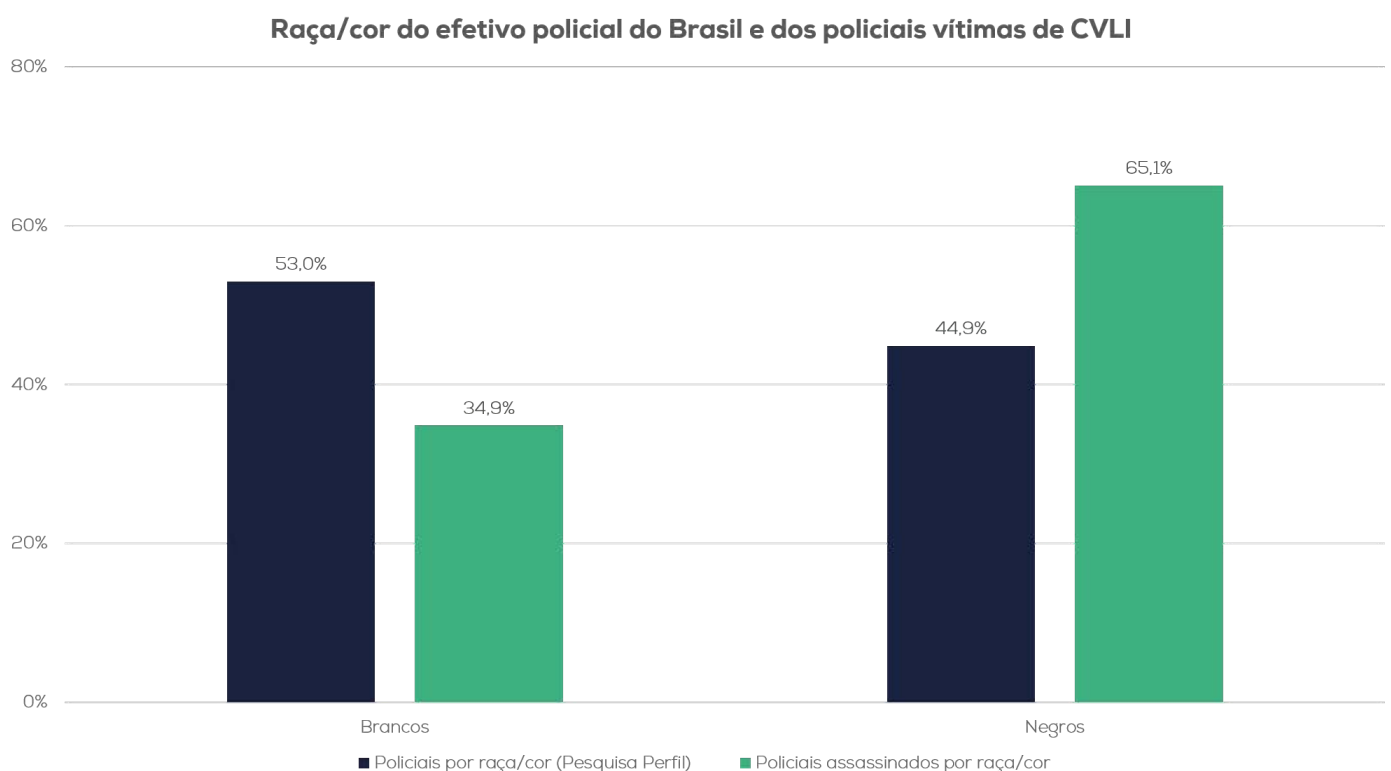
4 de novembro de 2020

O mais recente Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado no mês passado, traz informações importantes sobre a vitimização de policiais civis e militares. Em números absolutos, segundo os dados disponibilizados pelas gestões estaduais, os Estados registraram 172 policiais civis e militares vítimas de CVLI em 2019, ante 313 no ano anterior. Desse total, 62 (6 policiais civis e 56 policiais militares) foram mortos em serviço, e 110 (9 policiais civis e 101 policiais militares) foram vitimados fora de serviço, em confronto ou por lesão não natural – as mortes fora de serviço representaram, portanto, 64% do total de policiais mortos (essa proporção havia alcançado 75% em 2018). Houve também recuo de 2,5% em 2019 nos registros de suicídios de policiais civis e militares no Brasil na comparação com o ano anterior, uma oscilação negativa que interrompeu a alta superior a 40% observada entre 2017 e 2018. Embora esses números sejam menores do que no ano anterior, o cenário preocupante observado nos anos anteriores permanece: os policiais brasileiros morrem mais na folga e por suicídio do que em decorrência de confrontos em serviço.

O perfil médio do policial assassinado em 2019 não se distingue muito do verificado entre as vítimas de mortes violentas intencionais (MVI) de modo geral. São majoritariamente homens (99%), negros (65%), com pequenas diferenças apenas no perfil etário, dado que 24,8% dos policiais mortos tinham entre 30 e 39 anos e 30,5% entre 40 e 49 anos, um pouco mais velhos que a média nacional, tratando-se provavelmente de policiais mais experientes, e não novatos, como seria de se supor.

De acordo com os dados disponíveis na pesquisa Perfil dos Profissionais de Segurança Pública da SENASP (2015), 53% dos policiais brasileiros são brancos e 44,9% negros. Mesmo sendo uma população de maioria branca, ao olharmos para a raça e cor dos policiais vítimas de CVLI em 2019, percebemos a prevalência de negros entre as vítimas da violência letal também na categoria de profissionais de segurança pública, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 1: Raça/cor do efetivo policial no Brasil e dos policiais vítimas de CVLI



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública, ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em relação ao instrumento utilizado pelo agressor, 90,9% dos policiais morreram por disparo de arma de fogo, percentual bastante superior à média nacional das MVI, que é de 72,5%.

Verifica-se que, embora em um patamar geral mais baixo, as mortes mantiveram tendência observada em anos anteriores: a vitimização é maior na Polícia Militar do que na Polícia Civil, e policiais continuam a morrer mais na folga do que em serviço. Para além das especificidades funcionais que expõem o policial militar a um grau mais elevado de risco do que o policial civil, e ajudam a explicar as diferenças entre as corporações quando o assunto é vitimização, percebe-se que o policial militar é especialmente afetado pela violência quando não está em serviço. Estudos associam essa tendência ao fato de que o PM, pela natureza de seu trabalho, está alerta e vulnerável à violência praticamente durante todo o tempo. Não se deixa de ser policial na folga. E é justamente nesses momentos em que muitos profissionais de segurança pública, sobretudo PMs, se valem dos “bicos”, trabalhos em que atuam armados, geralmente para empresas da segurança privada. Ocasões em que o policial não raro atua sozinho ou em equipes reduzidas, sem apoio de recursos operacionais e de comunicação da instituição policial, o que pode deixá-lo mais vulnerável. A própria missão constitucional e formação militar dos PMs contribuem para uma maior exposição a situações de risco, visto que são profissionais muitas vezes submetidos a treinamentos focados no enfrentamento ao inimigo, e que incorporam em suas rotinas estados de alerta permanentes, em que o “inimigo” pode ser qualquer um.

Em relação aos suicídios, houve pelo menos 91 casos (26 policiais civis e 65 policiais militares) entre policiais da ativa no país em 2019, ante 93 em 2018. Estudos sobre suicídio indicam que a restrição do acesso aos meios letais é uma das ações preventivas mais eficazes (Bertolote, 2012). Essa informação nos traz a complexidade de se pensar em prevenção junto à essa população, uma vez que um dos instrumentos de trabalho dos policiais é um equipamento letal. Importante destacar que a taxa de suicídios entre policiais militares e civis da ativa no Brasil em 2019, de 17,4 por 100 mil, foi quase o triplo da taxa verificada entre a população em geral, que ficou em 6 por 100 mil habitantes em 2019, de acordo com os dados levantados na edição recente do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2019)[1], o suicídio está entre as vinte principais causas de morte ao redor do mundo, causando mais perdas humanas do que doenças como malária e câncer de mama, ou mesmo guerras e homicídios. Pesquisas que relacionam suicídio e risco ocupacional sugerem, tanto no Brasil como em outros países, que policiais sejam mais vulneráveis do que pessoas de outras profissões. Ainda não há evidências empíricas suficientes que confirmem que policiais sejam mais vitimados pelo suicídio do que profissionais de outras categorias de risco (MIRANDA *et al.*, 2020)[2]. No entanto, estudos e relatos empíricos têm mostrado que o suicídio entre integrantes de corporações policiais no Brasil é um problema grave, que deve ser objeto de atenção e preocupação da sociedade civil e do poder público. Desde que o FBSP começou a compilar dados sobre suicídio de policiais, há seis anos, os números vêm confirmando características apontadas em pesquisas anteriores sobre o tema. Entre elas, a precariedade e a frequente imprecisão dos registros, motivadas pela ausência de informações em Estados que não registram ou não divulgam os números de suicídios nas corporações.

Por meio de entrevistas com profissionais de saúde da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Miranda *et al.* (2016) retrataram o problema da subnotificação e indicaram fatores que ajudam a explicar por que casos de suicídio consumado ou tentado, por exemplo, acabavam não chegando ao conhecimento dos setores que, em tese, deveriam prezar pela saúde mental dos policiais. Entre esses fatores figuram o próprio tabu, as interdições socioculturais em torno do tema, a existência de preconceito interno em relação ao policial em sofrimento mental e até a tentativa de proteger familiares da vítima diante da possibilidade de se perder o direito ao seguro de vida se a causa da morte for revelada.[3] Outras características da cultura policial, que conferem ao profissional a imagem de herói forte e corajoso, fazem com que manifestações relacionadas a fraquezas, dores e medos, inerentes à experiência humana, encontrem pouco ou nenhum espaço nas organizações policiais. São características reforçadas, especialmente nas polícias militares, pela rígida hierarquia e pela formação que costuma priorizar o condicionamento a rotinas pré-estabelecidas e pouco flexíveis.

O convívio permanente com a morte e a violência, as extenuantes jornadas de trabalho, a falta de sono, lazer e convívio com a família são fatores de risco para os policiais. Estão diretamente relacionados com o trabalho policial e, portanto, podem levar os profissionais a quadros de adoecimento físico e mental com muita frequência. No entanto, as organizações policiais individualizam os problemas, atribuindo ao indivíduo a responsabilidade por seu adoecimento ou violência auto infligida, como no caso dos suicídios. O mesmo acontece com a letalidade policial: há uma cultura dentro das instituições que tende a tratar tanto a morte causada por policiais como a morte de policiais, no caso dos suicídios, como desvios e exceções, situações que revelariam que o indivíduo em questão não possui perfil para a função, por ser “fraco” ou, talvez, até violento demais. Uma perspectiva que atribui toda a responsabilidade pelo problema ao indivíduo e se isenta de rever práticas institucionais que produzem adoecimento e violência.

Por fim, embora a redução da vitimização policial indicada pelos números de 2019 seja significativa, assim como a aparente estabilização no número de suicídios, é fundamental, como o FBSP vem apontando nos últimos anos, que sejam colocadas em

prática iniciativas dentro e fora dos governos que ajudem a aprimorar a qualidade desses dados e, em consequência, as políticas voltadas à proteção da vida dos profissionais de segurança pública em nosso país.

[1] Suicide in the world: Global Health Estimates, 2019, p. 6. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/suicide-in-the-world>

[2] Boletim IPPES 2020. Disponível em: <https://ippesbrasil.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Boletim-IPPES-2020-Noticia-A7-A3o-de-Mortes-Violentas-Intencionais-entre-Profissionais-de-Seguranca-PABlica-no-Brasil-ERRATA.pdf>

Juliana Martins

Psicóloga, doutora pelo Instituto de Psicologia da USP e Coordenadora Institucional do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://www.fontesegura.org.br/multiplas-vozes/r58oh4dtu2>

